



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião 35ª Reunião Ordinária Conselho Estadual de Política Cultural

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte um, o suplente do presidente do Consec, José Oliveira Junior, após a verificação de quórum regimental, iniciou às 14h16m a 35ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais. A reunião aconteceu de forma Virtual, contando com a presença verificada de 24 membros titulares, e 02 membros suplentes no exercício da titularidade, quais sejam:

1. LEÔNIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA - Titular
2. CINTIA MIRLENE PELAFREIRE – Titular
3. ISABELA ROMANCINI RIBEIRO – Titular
4. CÍNTIA MIRLENE PELA FREIRE – Titular
5. ARTHUR HENRIQUE SOARES SALES DUARTE – Titular
6. ELZELINA DÓRIS SANTOS – Titular
7. THIAGO TOMAZ DE SOUZA CHAVEIRO – Titular
8. THAÍS DAVID DE CARVALHO – Titular
9. EDUARDO SILVA DA SILVEIRA – Titular
10. MARCELA AMERICANO DANTÊS – Suplente no exercício da titularidade
11. MARÍLIA BARRETO DE QUEIROZ – Titular
12. FERNANDO ANTÔNIO MENCARELLI – Titular
13. MARIA DO CARMO BARBOSA SOUSA - Titular
14. MARIA MAGDALENA RODRIGUES SILVA - Titular
15. ARYANNE RIBEIRO – Titular
16. ALANSON MOREIRA TEXEIRA GONÇALVES - Titular
17. EDUARDO DE PÁDUA RODRIGUES– Titular
18. MARIA REGINA FAGUNDES AMARAL – Titular
19. ÊNIO BERNARDES DE ANDRADE - Titular
20. SULA KYRIACOS MAVRUDIS – Titular
21. MARIANA RAMOS BOTELHO - Suplente no exercício da titularidade
22. PRISCILA DAIANE DE MORAES – Titular
23. JEFERSON RIOS DOMINGUES - Titular
24. GUILARDO VELOSO DE ANDRADE FILHO – Titular
25. EMANOEL GERALDO DA SILVA – Titular
26. RODRIGO ANTONIO CEZÁRIO– Titular
27. JOSÉ OLIVEIRA JUNIOR – Suplente
28. MARCOS TULIO DAMASCENA - Suplente
29. WENDERSON GODOI SANTOS– Suplente
30. SOFIA BENFICA BLASO DE SOUZA - Suplente
31. LAURA CAIRES LORENZATO - Suplente
32. XISTO JOSÉ PINTO - Suplente

Estavam presentes também, os convidados e representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo:

Ana Cristina Pontes (ALMG), Janaína Pucci (ALMG), Secretário Adjunto de Cultura e Turismo, Bernardo Brandão Silviano Viana, Secretária Executiva do Consec, Regina Vieira de Faria Ferreira (SECULT), Superintendente de Fomento Cultural, Economia Criativa E GASTRONOMIA, Igor Arci Gomes (SECULT), Débora Balarini Nery Martins (SECULT), Sérgio Jean de Oliveira (SECULT).

Em seguida, José Oliveira Junior, iniciou os trabalhos registrando a pauta:

- Andamento do processo eleitoral Consec;
- Estabelecimento de GT Programa de Música/Redesenho Música Minas;
- Validação de definições relativas aos Fóruns Setoriais;
- Validação das Comissões Consultivas do Consec; e
- Votação de recomendação no Consec para Cartilha Específica de orientação aos municípios sobre os Circos;

O conselheiro José Oliveira Junior, iniciou a reunião saudando os conselheiros, especialmente, as novas representantes da Secretaria de Estado de Governo, Thaís David de Carvalho e Laura Caires Lorenzato.

Em seguida, passou a palavra para o Secretário Adjunto de Cultura e Turismo que cumprimentou os presentes em nome do Secretário e retornou a palavra para José Oliveira Junior para que desse andamento à reunião.

José Oliveira Junior informou que, haveria na reunião o retorno formal sobre a solicitação feita em Reunião Ordinária, conforme **RECOMENDAÇÃO CONSEC Nº 01/2021**, e, por escrito, por parte de vários conselheiros sobre os proponentes na lei Aldir Blanc que assinaram os termos de compromisso de emergência e não receberam ainda, só aguardando a entrada na reunião do superintendente de fomento.

Sem contar ainda, no momento, com a presença, seguiu com as pautas da reunião e abordou o primeiro ponto da pauta, passando a palavra para o presidente da comissão eleitoral, o conselheiro Wenderson Godoi Santos, o qual trouxe as seguintes informações:

Haverá dois momentos na eleição, sendo o primeiro o de inscrição de candidatos e, posteriormente, a inscrição de votação de eleitores.

As inscrições para candidatos vão até o dia 18/04;

Os candidatos devem ser profissionais dos diversos segmentos representados no Consec, enquanto os eleitores podem ser quaisquer cidadãos, acima de 16 anos, moradores do estado;

Lembrou que há cinco áreas com conselheiros reconduzidos: Dança, Culturas populares, Audiovisual e novas mídias, Circo, Moda;

Há uma *live* planejada para o dia 14/04, 10h, na qual haverá explicação sobre a eleição. Haverá também a produção de Cards pela ASCOM e vídeos produzidos com os conselheiros;

O conselheiro Rodrigo Cezário sugeriu que os conselheiros gravassem vídeos sobre os segmentos, convocando seus segmentos para participarem, sendo posteriormente postados no instagram do Consec;

Regina Amaral, representante da Dança, comentou que os termos utilizados na divulgação podem causar dúvidas na sociedade civil, SUGERINDO mais objetividade e clareza;

O conselheiro Guilardo Veloso informou que os Fóruns da Música, da Produção e do Artesanato já definiram seus candidatos;

O conselheiro Ênio Bernardes, ressaltou dificuldade para encontrar o edital e link de inscrição no site da Secult. Ao que a Secult respondeu na hora mesmo da reunião, com a servidora da Secult, Débora Balarini, fazendo contato com a Assessoria de Comunicação informando do problema apontado pelo Ênio Bernardes, com a Secult comprometendo-se a resolver o mais breve possível.

Em seguida, o presidente da comissão eleitoral solicitou a mobilização dos demais conselheiros para divulgação das eleições do Consec.

Dando continuidade à reunião, José Oliveira Junior, atendendo à solicitação feita pelos conselheiros na última reunião do Consec, passou a palavra ao Superintendente de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia, Igor Arci Gomes, que fez uma exposição dando retorno sobre situações pendentes na Lei Aldir Blanc/LAB, especialmente referentes aos editais 15 a 19.

Foram repassadas as seguintes informações:

- o De 271 beneficiários previstos nos editais 16, 18 e 19, a Secult e suas vinculadas chamaram outros 517 proponentes suplentes que poderiam utilizar o recurso emergencial, para não haver devolução nenhuma, totalizando 788 beneficiários nestes editais;
- o Nesse cenário de tensão poderia haver equívocos, afinal, foram duas semanas com mudanças a cada momento do que poderia ou não ser feito, tanto que a MP 1019/2020 foi publicada dia 31/12;
- o Deste total, 52 proponentes assinaram os termos (15, 16, 17, 18 e 19), mas houve um erro de processamento interno que não podia ser resolvido durante estas duas semanas, pelo excesso de propostas sendo contratualizadas;
- o Desde o início do ano a Secult realizou diversas reuniões com a AGE e a assessoria jurídica do MTUR para entender como executar os pagamentos, uma vez que esses empenhos tiveram problema e precisariam ter os dados atualizados e o texto da MP 1019/2020 não permitia esse ajuste;
- o Com a atualização no que foi aprovado no Senado Federal pelo PL 795/2021, passamos a poder ajustar e corrigir as informações nos documentos. Resta o detalhamento da forma de executar, o que deve ocorrer após a aprovação na câmara e publicação da Lei no DOU; e
- o **Foi proposto ecatado pelos conselheiros a data de 07/05 PARA A REUNIÃO PÚBLICA, uma vez que nesta data já haveria todos os detalhes objetivos, com a lei publicada e com todos os dados já disponíveis para um retorno coletivo com datas para ajustes e respectivos pagamentos.**

Foi solicitado pelos conselheiros Maria Ramos Botelho Dutra, Alanson Moreira Teixeira Gonçalves e Guilardo Veloso de Andrade Filho, uma verificação nos editais 27 e 05 visando retorno aos casos com pagamentos em aberto.

Guilardo Veloso, comentou que, com agravamento da pandemia, se há a perspectiva do estado judicializar, à exemplo do Ceará e Pará. Sugere, ainda, ao estado que estude a possibilidade de entrar com ação no STF como esses estados citados fizeram.

O conselheiro Emanuel Geraldo da Silva, comentou que muitos municípios estão com decretos de paralisação, o que compromete a execução dos recursos oriundos da LAB e mostrou apreensão sobre o prazo de execução e prestação de contas.

O Secretário de Estado de Cultura e Turismo e Presidente do Consec, Leônidas de Oliveira, ingressou na reunião, saudando todos os conselheiros, se desculpando pelo atraso. Comentou sobre as demandas que estão sendo impostas aos segmentos de cultura e turismo, em função de “onda roxa” necessária, neste momento, para o enfrentamento da pandemia. Ressaltou, ainda, o empenho e esforço da Secult na promoção de ações que possam mitigar os efeitos da pandemia.

Em seguida o Secretário passou a palavra, novamente, para José Junior desse sequência à pauta e, este, chamou o conselheiro da música, Ênio Bernardes, para que relatasse a justificativa para o estabelecimento de um Grupo de Trabalho/GT programa para a Música em Minas. O conselheiro, relatou que a constituição do GT está fundamentada na necessidade de retomada de um programa para o segmento da música e, também, na necessidade de se discutir a distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Cultura e uma discussão mais sistêmica sobre a música em si e as políticas efetivas para o setor. O conselheiro, Guilardo Veloso, fez um apontamento sobre a necessidade de abordar a música de forma diferenciada, indo além de dizer que a música sempre recebe mais recursos, mas era fundamental apontar o grande número de músicos que atuam no estado todo. Este ponto só reforça a necessidade do cadastro e mapeamento como urgentes.

Ficaram definidas as seguintes recomendações:

1. Criação de um GT para o segmento da música, com a coordenação dos conselheiros Ênio Bernardes e Guilarado Veloso, os quais têm autonomia de solicitar a colaboração de terceiros para a elaboração de parecer ou relatório sobre o tema.
2. Função: Discutir a distribuição de recursos nos editais e as políticas para a Música;
3. Prazo para entrega do parecer/relatório: Até 30 dias pronto para envio aos conselheiros para leitura e acolhida de sugestões;
4. Validação do parecer/relatório em reunião ordinária;

Dando continuidade à reunião, José Oliveira Junior, passou ao pontoda validação de definições relativas aos Fóruns Setoriais e apresentou as seguintes questões:

Informou que a minuta com a resolução de formalização dos Fóruns foi enviada à Assessoria Jurídica da Secult, e esta retornou com a orientação que deverá ser feita validação sobre quais fóruns serão criados neste primeiro momento; Relatou, ainda que, até o momento, foram realizados encontros com diversos setores e apontada a função dos Fóruns, como organizar, quais atribuições teriam;

Comentou que denominação de Fórum é adequada pois a participação é centrada na organização livre da sociedade civil e não um “colegiado” e que desta forma fica garantida a autonomia da sociedade civil na organização ao mesmo tempo que mantemos um vínculo com a institucionalidade pelo conselheiro;

Destacou que os Fóruns têm como característica um espaço para ativismo e que após escuta, junto a todos os setores as demandas dizem respeito a: Mapeamento / Cadastro; Formação; Financiamento

Dando continuidade à sua apresentação, José Oliveira Junior, propôs duas frentes de atuação para abordagem juntos aos setores culturais:

Plano de Desenvolvimento da Economia Criativa, com a Formulação de planos de ação setorial voltados para o desenvolvimento das Atividades profissionais das artes.

Plano de Promoção da Diversidade, com a Formulação de Planos de ação setorial voltados para os povos, grupos e comunidades das culturas populares e tradicionais.

Em seguida, trouxe o resultado de algumas reuniões setoriais, realizadas até o momento, sendo elas: 1) Circo, Teatro e Dança, 2) Moda, Artesanato, Design e Gastronomia, 3) Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas.

Circo, Teatro, Dança

▶ AÇÃO OBJETIVA: Votar recomendação no Consec - Cartilha Específica sobre os Circos; ▶ Mobilização para que a política chegue no interior; pontuação a mais no ICMS para quem criar regulamentação para facilitar a vida do circense;

▶ AÇÃO OBJETIVA: Elaborar programa continuado voltado para difusão de Dança, Teatro e Circo com as seguintes perspectivas: a) formação artística; b) orientação aos gestores municipais sobre políticas efetivas para os setores;

▶ AÇÃO OBJETIVA: Simpósio sobre Escolas de Dança no interior; Residência artística na FCS para equipes de escolas municipais de dança;

▶ AÇÃO OBJETIVA: Prêmios regionais para grupos Circo, Teatro e Dança, sendo 02 por região intermediária do IBGE (diferenciação para circos itinerantes);

▶ Quantos? TEATRO, CIRCO (TRUPES) E DANÇA > 13 x 3 (39) x 10 grupos > 390| Qual valor? R\$ 10.000,00 > R\$ 3.900.000,00; ▶ Qual valor? R\$ 20.000,00 > R\$ 5.200.000,00 16 + 19 milhões; ▶ Circo itinerante - Lona: R\$ 35.000,00 cada > 65 circos > R\$ 2.275.000;

Moda, Artesanato, Design, Gastronomia

▶ AÇÃO OBJETIVA (Moda, Design, Gastronomia): Cadastro dos setores (DEC/SFECG);

▶ **AÇÃO OBJETIVA:** Cartilha e Seminários Setoriais sobre os segmentos, para sensibilizar sobre para sensibilizar sobre a importância do segmento (MARISTELA/DEC);

AÇÃO OBJETIVA: Cartilha e Seminários Setoriais sobre os segmentos, para sensibilizar sobre a importância do segmento (MARISTELA/DEC);

▶ **AÇÃO OBJETIVA:** Formalização da atuação dos conselheiros com os setores da Secult e do Governo (IEPHA, SBMAE, SEDE, SEDESE); (Marcar reunião com os órgãos);

▶ **AÇÃO OBJETIVA:** a) Discussão com as duas subsecretarias para a representação de Cultura Alimentar e de Gastronomia nos dois conselhos; (marcar reunião com Subturismo e Subcultura); b) Modificar o nome da Cadeira de Gastronomia (votar em reunião do Consec) – Inserir na pauta da reunião de Maio;

▶ **AÇÃO OBJETIVA:** Reconhecimento e Promoção da importância da Moda e do Design e dos Mestres de Artesanato (DE OFÍCIO) como expressão do Patrimônio no estado (Marcar com IEPHA - Michelle e com Débora Raiza); Lei 20.368/2012 (regulamentação pendente – Ana Cristina);

▶ UFMG informa que realizará Diagnóstico Nacional do Artesanato (CONSELHEIRO FERNANDO Mencarelli); ficou definido que faremos a apresentação do Plano do Diagnóstico em maio na reunião do Consec, alinhando uma consulta anterior ao IEPHA sobre dossiê e à SEDE sobre detalhes do diagnóstico por parte do poder público estadual.

Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas

▶ Discutiu-se o Plano setorial que foi elaborado anteriormente e que a ALMG devolveu para considerações da Secult;

▶ Necessidade de alinhamento imediato com a SEE por meio dos gabinetes, já se definindo pela marcação de reunião entre os gabinetes das duas pastas para encaminhar com efetividade o tema.

▶ Definição de quais Fóruns iriam compor a cadeira: Fórum do Livro, Fórum da Leitura, Fórum da Literatura, Fórum de Bibliotecas; definindo também a criação de uma Comissão Consultiva de bibliotecas públicas municipais (PP).

José Oliveira Junior apresentou, também, os fóruns setoriais discutidos até o momento:

Culturas afro-brasileiras - Fórum de Capoeira; - Fórum de Escolas de Samba; - Fórum de Quilombos; - Fórum de Terreiros;

Culturas indígenas - Fórum de Culturas Indígenas;

Culturas populares, tradicionais e folclóricas - Fórum Quadrilheiros; - Fórum de Festejos Religiosos; - Fórum de Culturas Urbanas; - Fórum Hip Hop; e Fórum de Violeiros.

Artesanato, Design, Teatro, Dança e Moda - Fórum denominação da cadeira.

Gastronomia - Fórum de Cultura Alimentar e Gastronomia.

Audiovisual e novas mídias - Fórum de Audiovisual; - Fórum de Arte Digital; - Fórum de Games; e Fórum de Cineclubes.

Literatura, Livro, Leitura e Biblioteca - Fórum do Livro, Fórum da Leitura, Fórum da Literatura, Fórum de Bibliotecas; definindo também a criação de uma Comissão Consultiva de bibliotecas públicas municipais (PP).

Entidades - Fórum de casas de espetáculo e Fórum de OS.

Circo - Fórum da Rede de apoio ao Circo.

Por unanimidade, os conselheiros validaram os Fóruns Setoriais vinculados às cadeiras do Consec.

Dando continuidade à reunião, José Oliveira Junior, apresentou o próximo ponto de pauta, defendendo a formação das Comissões Consultivas, como forma de ampliar o processo democrático do Consec e, também, desenvolver as políticas públicas com maior assertividade e de acordo com as especificidades de ativistas de vários setores.

Por unanimidade, os conselheiros aprovaram as seguintes Comissões Consultivas:

1. Comissão Consultiva de Mestres;
2. Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e CONEPIR;
3. Comissão Estadual de Pontos de Cultura;
4. Comissão de Mostras e Festivais;
5. Comissão de Bibliotecas Públicas Municipais (PP);
6. Comissão LGBTQIA+;
7. Comissões de Ações Afirmativas.

Foi aprovado, também, por unanimidade, a formação dos seguintes Grupos de Trabalho/GT:

GT atuação conjunta Educação e Cultura; Produzir um conjunto de recomendações de ações objetivas em conjunto; ATRIBUÍDO AOS conselheiros Fernando Mencarelli (UFMG), Alanson Teixeira (CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS), Elzelina Dóris (SEE), com a coordenação desta última.

GT atuação conjunta Esporte e Cultura; Produzir um conjunto de recomendações de ações objetivas em conjunto; Atribuído a Arthur Henrique Soares, equipe SEDESE e Emanuel (TEATRO), com a coordenação de Arthur Henrique (SEDESE).

GT atuação conjunta IES e Cultura; e Promoção de reunião conjunta dos representantes da cadeira; Atribuído a MOACYRLaterza (UEMG) e Fernando Mencarelli (UFMG), sendo a coordenação dividida entre os dois conselheiros.

Dando andamento ao último ponto de pauta, José Oliveira Junior passou a palavra para representante do circo, Sula Kyriacos. A conselheira apresentou a situação de penúria enfrentada pelos circenses, especialmente diante da pandemia, salientou a incompreensão por parte dos gestores públicos e o quanto isso agrava a situação dos artistas e profissionais do segmento do Circo. Abaixo, transcrevemos as sugestões apresentadas pela conselheira, extraídas do chat da reunião:

Carta aos municípios recomendando apoio aos circos garantindo a permanência do circo na cidade, terreno, água e luz, assistência social, segurança alimentar e atendimento à saúde; Mencionar na carta o critério CIRCO para pontuação do ICMS cultural;

Elaboração de Cartilha com as principais recomendações de políticas para os Municípios ampararem Os circos;

Solicitar ao Governo que estude a possibilidade de isenção do IPVA para os carros e caminhões dos circos, visto que sem trabalho eles não podem pagar, e se os seus meios de transporte forem apreendidos eles sofrerão um dano irreparável, sem possibilidade de recuperá-los, muito menos de adquirir outros no futuro, pois o meio de transporte é que assegura o traslado dos circos, que terminando a Pandemia, voltam a ser itinerantes;

Solicitar apoio aos deputados referente à relação com as prefeituras das cidades onde estão os circos em Minas; Orientação às Câmaras Municipais por meio do centro de Apoio às Câmaras Municipais, pertinente às necessidades dos circos;

Solicitar apoio a Associação dos Municípios, a Associação dos Secretários de Cultura; e

Recomendar ao IEPHA que estude como dar visibilidade para a pontuação no ICMS a mais, portanto mais recurso financeiro, para a cidade que criar regulamentação de apoio aos Circos Itinerantes, de modo a estimular o apoio efetivo aos circos, visto que o Circo já é critério de pontuação do ICMS CULTURAL.

Diversos conselheiros manifestaram apoio às demandas apresentadas pela conselheira Sula Kyriacos e, por unanimidade foi aprovada recomendação nos seguintes termos:

RECOMENDA À SECULT QUE:

a) Elabore de uma Carta aos Prefeitos sobre valorização e respeito aos direitos fundamentais dos Circenses;

b) Elabore uma Cartilha Específica sobre as principais recomendações em termos de políticas dos municípios para os Circos;

c) Estude com o IEPHA como dar visibilidade para a pontuação extra no ICMS para municípios que criarem regulamentação de apoio aos Circos Itinerantes;

d) Estude com o governo a possibilidade de isenção de IPVA para os veículos de Circos;

e) Estude com os Bombeiros, CEMIG e COPASA ações objetivas que envolvam a presença e a atuação dos circenses nos municípios; e

f) Estude com SEE, SAÚDE, Assistência Social para efetivar as ações previstas para os circenses no Plano Estadual de Cultura e que dependem de interface com essas áreas.

Já encaminhando o final da reunião, José Oliveira Junior, abriu a palavra para os conselheiros e foram feitas as seguintes recomendações finais:

Foi comentado pelo conselheiro Alanson Teixeira, a necessidade de maior articulação formal com a os setores de Assistência Social do Governo para melhor encaminhamento das demandas dos circenses. Neste ponto ficou que definido que serão levantadas as questões específicas dos setores e convidar colegas da Assistência sobre estes temas – Reunião online conselheiros com a Subsecretaria de Assistência Social para definir os passos a seguir - Atribuído ao Arthur com apoio da Regina Faria.

A conselheira, Cintia Freire, comentou sobre o trabalho da subsecretaria de turismo relacionado ao turismo de base comunitária e foi constatado a necessidade de articulação com a Subcultura e a SEDESE para este ponto.

A conselheira Aryanne Ribeiro, reiterou a necessidade de explicar detalhadamente sobre O ocorrido com os proponentes que ainda não receberam da Lei Aldir Blanc, e indagou quem são os 52 pendedes.

Foi solicitado, pelos conselheiros Aryanne Ribeiro e Xisto José Pinto, que os conselheiros escrevam no chat seu nome e a representação e depois, disso, a secretária executiva cite nominalmente os presentes na reunião logo ao início de cada reunião, de modo a facilitar a identificação no ambiente virtual, pela dificuldade de ver a todos simultaneamente.

Vencidos todos os pontos da pauta, a 35ª Reunião Ordinária do Consec foi encerrada às 17h45e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, ARYANNE RIBEIRO, vice presidente do Conselho, e pelo suplente do presidente, JOSÉ OLIVEIRA JUNIOR, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação da Sessão Virtual no site da Secult.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2021

ARYANNE RIBEIRO

VICE-PRESIDENTE DO CONSEC

JOSÉ OLIVEIRA JUNIOR

SUPLENTE DO PRESIDENTE DO CONSEC



Documento assinado eletronicamente por **Leônidas José de Oliveira, Secretário de Estado**, em 15/04/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Oliveira Junior, Servidor Público**, em 15/04/2021, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 16/04/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Túlio Damascena, Cidadão**, em 16/04/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Ramos Botelho Dutra, Usuário Externo**, em 16/04/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Cintia Mirlene Pela Freire, Servidora Pública**, em 16/04/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Emanoel Geraldo da Silva, Cidadão**, em 16/04/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Magdalena Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 16/04/2021, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Guilardo Veloso de Andrade Filho, Usuário Externo**, em 17/04/2021, às 07:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Fagundes Amaral, Usuário Externo**, em 17/04/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 19/04/2021, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Rios Domingues, Cidadão**, em 19/04/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 19/04/2021, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sula Kyriacos Mavrudis, Cidadão**, em 19/04/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marília Barretto de Queiroz, Servidor(a) Público (a)**, em 20/04/2021, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Xisto José Pinto Costa, Usuário Externo**, em 20/04/2021, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO BARBOSA SOUSA, Cidadão**, em 20/04/2021, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Alanson Moreira Teixeira Gonçalves, Cidadão**, em 20/04/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)

Documento assinado eletronicamente por **Sofia Benfica Blaso Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 20/04/2021, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Tomaz de Souza Chaveiro, Diretor (a)**, em 20/04/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Romancini Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 20/04/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ENIO BERNARDES DE ANDRADE, Cidadão**, em 20/04/2021, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Daiane de Moraes, Cidadão**, em 20/04/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Henrique Soares Sales Duarte, Servidor(a) Público(a)**, em 22/04/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Silva da Silveira, Auditor(a) Fiscal da Receita Estadual**, em 23/04/2021, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28135597** e o código CRC **5F5EB37E**.